

NESTA EDIÇÃO

Em Foco 1 a 3

Os novos marcos legais para a inovação brasileira são avaliados por Guilherme Ary Plonski.

Estudos Concluídos 4

Branca Terra estuda o desenvolvimento de regiões e a inovação num Brasil de grande desigualdade.

Novas Idéias 5 e 6

A experiência original dos telecentros na maior cidade do país é descrita por Randy Marcos da Cruz, que alerta: se não houver vigilância pela inclusão digital, eles podem se tornar meros pontos de acesso à internet. E Renata Giovinazzo Spers dedica-se a um modelo para a atuação de empresas brasileiras no mercado internacional de bens populares.

Painel PGT 7 a 9

Conheça detalhes do que será visto na ALTEC 2007 e um balanço dos eventos anteriores. Veja matéria sobre a nova coordenadoria científica do PGT/USP.

Agenda 10

Eventos mundiais em gestão tecnológica.

Notícias 12

Um novo curso sobre gestão tecnológica voltado para pequenas e médias empresas. E a oportunidade de reformar o laboratório com novo edital pelo CT-Infra.

Publicações 12

Um livro sobre o jeito brasileiro de gerenciar projetos. E a inovação no contexto ibero-americano em livro editado pelo Cytel e pela INNRED.

EM FOCO

Inovar é legal

GUILHERME ARY PLONSKI

O estabelecimento de um marco legal para a inovação no Brasil seguiu um caminho turbulento, desde 2000 até fins de 2005, em função dos humores políticos dominantes. Inspirada na legislação francesa de 1999¹, a Lei nº 10.973, promulgada em 02.12.2004 e regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11.10.2005, com ela compartilha o apelido e a matriz intelectual.

Esta matriz intelectual pode ser resumida em quatro proposições:

a) As empresas precisam inovar tecnologicamente para se manterem competitivas na economia mundializada;

b) Fisicamente próximas às empresas, mas efetivamente distantes delas, estão universidades e institutos de pesquisa públicos, que dispõem de tecnologias e competências relevantes, assim como de potenciais empreendedores inovadores;

c) Cabe ao governo a responsabilidade de criar condições para remover esse “biombo cultural”; e

d) O instrumento legal é eficaz para criar uma nova dinâmica de relacionamento entre os dois universos, o empresarial e o acadêmico, que têm etos distintos.

A Lei da Inovação “dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo”, buscando agir em quatro frentes:

- Medidas para a construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação;
- Mecanismos autorizadores que estimulem a participação das instituições científicas e tecnológicas públicas (ICT) no processo de inovação;
- Medidas de estímulo à inovação nas empresas; e
- Apoio ao inventor independente.

Cabem, pelo menos, três questões-chave:

1ª) O diagnóstico de afastamento entre empresas e ICT é correto?

Na escassez de métricas objetivas, é freqüente que um caso negativo acabe tendo impacto maior do que várias cooperações bem-sucedidas

2ª) A criação de um novo marco legal é um tratamento adequado?

3ª) O paciente, isto é, a sociedade, aderirá ao tratamento proposto?

A resposta à primeira questão, do afastamento entre os mundos empresarial e das ICT, não é trivial. Há exemplos notáveis de parceria estratégica entre empresas e ICT, perdurando por décadas, com resultados benéficos expressivos para ambas as partes e para a sociedade. Uma ilustração é o conjunto de redes de cooperação polarizadas pela Petrobrás, que tem contribuído para a trajetória de êxito dessa empresa desde o início da exploração de petróleo em águas profundas, há cerca de um quarto de século.

Exemplos de sucesso são também encontrados na cooperação das ICT com microempresas e empresas de pequeno e médio porte. Uma ilustração significativa, no campo da tecnologia industrial básica (TIB), é o Programa de Apoio Tecnológico à Exportação (PROGEX), rede de 11 institutos de pesquisa públicos, iniciada há

sete anos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), com apoio do SEBRAE/SP e da FINEP, entre outros parceiros. Centenas de produtos já foram qualificados para o mercado exterior, contribuindo para diversificar a pauta e o destino das exportações e melhorando o perfil das empresas exportadoras.

As ICT são protagonistas na criação da maior parte das 377 incubadoras de empresas em funcionamento, envolvendo seis mil empresas e movimentando R\$ 2 bilhões/ano (entre residentes e graduadas). São, também, participantes ativas na posta em marcha de quase todos os projetos de parques tecnológicos brasileiros. A liderança da Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) é majoritariamente constituída por pessoas vinculadas a ICT.

Em contrapartida a esses relatos, são encontrados numerosos casos de cooperação em potencial que não se realizaram ou que se frustraram, por motivos diversos. E, como é freqüente acontecer numa sociedade com carência de métricas objetivas, um caso negativo acaba tendo impacto maior do que várias cooperações bem sucedidas.

É a criação de um marco legal um tratamento adequado para reduzir a brecha entre os dois mundos, o empresarial e o dito acadêmico? Há, certamente, exemplos em outros países que sugerem uma resposta afirmativa. Menciona-se a experiência de duas medidas legais dos EUA, da década de 1980: (i) o Stevenson-Wydler Act, que instou os seus institutos de pesquisa públicos a

⁽¹⁾ *Loi sur l'innovation et la recherche. A propósito, foi realizado no período de 6 a 8 de novembro de 2006 o Fórum Franco-Brasileiro de Inovação, em que um dos focos foi justamente o exame dos primeiros resultados do marco legal francês e os aprimoramentos ali instituídos.*

disponibilizar ao mundo empresarial os conhecimentos não sensíveis ali desenvolvidos; e (ii) o conhecido Bayh-Dole Act, pelo qual o Governo Federal abriu mão da propriedade intelectual decorrente de projetos financiados pelas suas agências, em contrapartida à ação das ICT de comercializá-la.

A eficácia do novo marco legal para a inovação é contingente à existência de um ambiente econômico que a estimule e de um ambiente cultural que a valorize. Ainda temos passos gigantescos a dar nessas duas frentes.

No campo econômico, é evidente a necessidade de reverter o tratamento orçamentário míope dado pela maior parte dos governos e empresas – aqueles pelos malabarismos destinados a reduzir os dispêndios públicos em capacitação tecnológica; estas, pela consideração dos seus investimentos em inovação como não essenciais.

No campo cultural, há necessidade de mudar a percepção da sociedade a respeito de dimensões inerentes ao empreendedorismo inovador. É o caso do risco, ainda tratado mais segundo categorias teológicas do que pela ótica da gestão.

É interessante questionar se, havendo ambiente econômico e cultural favorável à inovação, faz-se necessária uma lei específica. Pois, por exemplo, o Brasil é o campeão mundial da reciclagem de latas de alumínio sem que haja disposição legal a esse respeito. Ou seja, a lei da inovação pode ser entendida como uma tentativa de compensar as carências ou adversidades que o ambiente econômico e cultural impõe à inovação.

Finalmente, a lei da inovação ‘pegará’? A pergunta é cabível em nosso meio, em que se tipifica a legislação como objeto epidemiológico. Afinal, o artigo

A eficácia do novo marco legal para a inovação é contingente à existência de um ambiente econômico que a estimule

207 da Constituição Federal, que dispõe sobre a autonomia das ICT, ainda não foi regulamentado, quase vinte anos depois, em mais uma mostra de reticência das autoridades constituídas.

É bem-vinda, por outro lado, a preocupação com possíveis problemas na implantação do novo marco legal. Dois eventos recentes têm esse foco: o Workshop “Lei de Inovação na Prática”, realizado em 22.09.2006 pela Rede Temática de Propriedade Intelectual, Cooperação, Negociação e Comercialização de Tecnologia (REPICT) e o Seminário “Inovação Tecnológica e Segurança Jurídica”, realizado em 13.12.2006 pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Em decorrência do novo marco legal, introduziu-se o mecanismo da subvenção às empresas, fortemente reivindicado pelo setor produtor.

Em 06.09.2006, foi aberta pela FINEP, como entidade gestora do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), chamada pública para seleção e credenciamento de parceiros para operação descentralizada do Programa de

Apoio à Pesquisa em Pequenas Empresas (PAPPE), na modalidade Subvenção a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPE). O montante alocado ao PAPPE SUBVENÇÃO, R\$ 150 milhões, aplicado em três anos, destina-se ao custeio de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) realizadas por MPE, individualmente ou em consórcio.

Merece destaque, também, o edital para seleção de propostas para subvenção econômica, lançado na mesma data e com prazo final de 23.10.2006, no valor de R\$ 300 milhões, para aplicação em três anos. O retorno surpreendeu agradavelmente o Governo Federal, quer pelo número (1.075) como pelo volume das propostas, com demanda de R\$ 1,8 bilhão. É auspicioso o perfil dos postulantes, sendo 85% composto de MPE, que respondem por 72% do valor demandado.

Completando a tríade, foi lançada, em 08.11.2006, chamada pública para propostas de subvenção à inserção de novos pesquisadores, titulados como mestres ou doutores, em atividades de inovação tecnológica realizadas por empresas.

Embora tenha omissões graves (das quais é emblemática a ausência de menção à engenharia) e, em grande medida tenha caráter defensivo (redução do risco de gestores das universidades públicas federais de serem punidos por fazer parceria com empresas para inovação), a Lei 10.973 tem um grande mérito: afirmar publicamente que inovar é legal!

Guilherme Ary Plonski é professor titular da FEA/USP e vice-presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC)

O papel da gestão do conhecimento no desenvolvimento de regiões

BRANCA TERRA

Atualmente, existe no mundo uma preocupação crescente com a diminuição das desigualdades regionais. O desenvolvimento sócio-econômico de regiões e países depende, entre outros fatores, de valores tais como a educação, a democratização da informação, o acesso a financiamentos, a conscientização sobre a importância do desenvolvimento tecnológico, a capacitação tecnológica, a infraestrutura científica, tecnológica e produtiva, a responsabilidade social das empresas, governos e universidades, todos eles voltados para fins de inovação.

No Brasil, a desigualdade regional tem sido um dos principais elementos inibidores do progresso. Assim, é necessário que o governo e a sociedade civil atuem efetivamente, de forma articulada, com a implementação de ações estratégicas e planejadas, que promovam o desenvolvimento local, por meio da inovação.

A idéia de elaborar uma proposta de desenvolvimento local, que pudesse ser aplicada a diferentes regiões de um país, levando-se em conta, essencialmente, o contexto brasileiro, que é caracterizado por uma grande diversidade cultural, por diferentes características geográficas e por vocações regionais peculiares, teve origem na observação do sucesso de experiências internacionais e nacionais, decorrente da implementação de planejamentos de desenvolvimento que utilizaram a gestão do conhecimento, existente

nesses diferentes locais, para a promoção da inovação tecnológica. Em todas as regiões estudadas, esse mecanismo ocorreu pela formação de redes, que atuam como elemento indutor do progresso local.

Assim, foram estudados documentos sobre políticas indutoras de desenvolvimento tecnológico em países da Europa, bem como a avaliação de experiências bem sucedidas no Brasil, além de outros documentos sobre o assunto. O resultado deste trabalho foi apresentado sob a forma de livro, publicado pela Editora Interciência, denominado *Em Tempos de Redes... – A Gestão do Conhecimento para o Desenvolvimento de Regiões*.

Os conceitos teóricos utilizados para a elaboração da proposta apresentada no final do livro foram os chamados sistemas de inovação, a hélice tríplice, a gestão do conhecimento e as redes. Foram estudadas, por meio de *benchmarking*, duas metodologias desenvolvidas a partir destes conceitos citados, as quais foram aplicadas a diferentes regiões. São elas: as Plataformas Tecnológicas (PLAT), que deram mais tarde origem aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), no Brasil e a Regional Innovation Strategy - RIS, na European Commission (EC). São apresentados cinco estudos dos casos: Galícia, Navarra, Madri, na EC, e Rio Grande do Sul e Espírito Santo, no Brasil.

A conclusão é uma proposta de uma rede de desenvolvimento. Essas redes são unidades de

gestão, formadas pelos atores regionais responsáveis pelo desenvolvimento local e representantes de contextos importantes para a inovação tecnológica, ou seja, representantes dos sistemas regionais de inovação. Os atores também propõem estratégias de desenvolvimento e ações que devem ser implementadas por meio de projetos tecnológicos cooperativos, através de parcerias; acompanharão as atividades destes projetos e promoverão a aferição dos resultados de modernização e de inovação tecnológicas obtidos. Em todos esses projetos, a demanda empresarial é a diretriz de estratégia de desenvolvimento da região e das ações a serem nela aplicadas.

Para a organização das redes de desenvolvimento, para a elaboração da estratégia de desenvolvimento e para a aplicação do plano de ações, com vista ao progresso regional, poderão ser lançados programas especiais pelos governos e pela sociedade civil, como já vem sendo feito em várias regiões. Mas, acima de tudo, deverão existir movimentos progressistas dos empreendedores locais, que a partir de uma visão prospectiva, definirão o caminho a ser seguido, para que a região trilhe o desenvolvimento sustentável.

Título: *Em Tempos de Redes... – A Gestão do Conhecimento para o Desenvolvimento de Regiões*

Autor: Branca Terra

Trabalho de pós-doutoramento apresentado no Departamento de Administração da FEA/USP, sob a orientação do prof. Guilherme Ary Plonski.

Inclusão digital na prática: o que a experiência dos telecentros ensina

IRANDY MARCOS DA CRUZ

As TICs (tecnologias da informação e comunicação) e em particular a internet, demarcam o novo espaço de desenvolvimento econômico e influenciam a própria dinâmica de crescimento dos países. De acordo com Castells (2002), “a internet não é apenas uma tecnologia. É a ferramenta tecnológica e a forma organizacional que distribui informação, poder, geração de conhecimento e capacidade de interconexão em todas as esferas de atividade”.

É possível crer na internet como originadora de uma nova dimensão de relações humanas, em que as pessoas realizam negócios, obtêm lazer e informações diversas, trocam percepções e idéias, discutem e produzem conhecimentos compartilhados. Assim, talvez seja possível tê-la como uma alternativa capaz de dar novos horizontes de inserção social e uma oportunidade de reconstrução das relações econômico-sociais.

Com o intuito de concretizar a possibilidade social de utilização da internet e das demais TICs, disseminam-se ações de inclusão digital, que buscam desenvolver no indivíduo competências para uma apropriação das tecnologias de informação e comunicação como instrumento de desenvolvimento. Tais iniciativas entendem que uma sociedade que busca posicionar-se de forma autônoma e ativa em um novo quadro de criação de riqueza,

através das ações de transformação do conhecimento, precisa necessariamente que todo o conjunto de indivíduos possa exercer um papel de sujeito ativo na construção de seu futuro.

No estudo que fazemos, pretendemos observar os resultados alcançados na experiência levada a cabo pelo telecentro de São Paulo. Trata-se de um programa de política pública conduzido pela prefeitura do município, que em parceria com ONGs e movimentos sociais oferece salas de informática com acesso à internet. Em 2006, o programa comemora cinco anos de funcionamento e consegue apresentar o robusto número de dez mil usuários por dia, distribuídos por duzentas salas. Contudo, quais os resultados alcançados pelo programa? O número de usuários e salas em funcionamento refletem o êxito da iniciativa? O telecentro de São Paulo tem alcançado o objetivo de promoção da inclusão digital?

Para avaliar o alcance do programa, utilizaremos os estudos de Warschauer (2006) sobre tecnologia e inclusão social, no qual são apresentadas as dimensões de recursos físicos, digitais, humanos e sociais como referência para acompanhar o êxito de programas de inclusão por meio das TICs. Aproveitaremos também, um conjunto de trabalhos desenvolvido pelo IDRC's (International Development Research Centre)¹ sobre as estruturas de avaliação adotadas em projetos de telecen-

tros comunitários presentes na África, Ásia e América Latina.

Sistemas de avaliação devem permitir que os objetivos daqueles que promovem o projeto e as necessidades das comunidades locais possam ser interligados e atendidos. Assim, para Whyte (2000), uma adequada avaliação de telecentros precisa explicitar quais são os interesses de todos os grupos envolvidos no projeto e traduzi-los de forma consistente em um conjunto amplo de indicadores. É importante que o programa de telecentro tenha clareza sobre quais aspectos pretende trabalhar, sobre quais são suas prioridades e os objetivos a serem alcançados.

Sem o necessário alinhamento, o projeto de telecentro corre o risco de não passar de um espaço de acesso a computadores, afastando-se de suas premissas de transformação social. Longe de querer julgar os telecentros, o estudo pretende colaborar com o entendimento sobre o alcance das iniciativas de inclusão digital, desenvolvendo e aplicando um instrumento de avaliação, capaz de guiar o trabalho contínuo de promoção da inclusão digital.

Irandy Marcos da Cruz faz dissertação de mestrado pelo programa de Pós-graduação em Administração da FEA-USP, concentrando-se na área de Recursos Humanos, sob orientação do professor Dr. Arnaldo Jose Franca Mazzei Nogueira
Email: irandy@gmail.com

¹A IDRC é uma instituição canadense que realiza projetos em colaboração com pesquisadores de países em desenvolvimento com o objetivo de construir uma sociedade mais saudável, equitativa e próspera (IDRC, 2006)

Um modelo para mercados internacionais de bens populares

RENATA GIOVINAZZO SPERS

Os mercados internacionais de bens populares têm ocupado posições cada vez mais significativas nos negócios internacionais, representando um grande potencial de mercado e, ao mesmo tempo, desafiando as empresas a pensarem de forma inovadora e adequada às especificidades destes mercados. Segundo o autor Prahalad, em livro publicado em 2005, os países África do Sul, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, Rússia, Tailândia e Turquia representam 70% da população mundial e 90% do PIB PPP (PIB por paridade de poder de compra) do mundo em desenvolvimento.

Por outro lado, pesquisa realizada por Giovinazzo, em 2003, mostra a existência de empresas que apresentaram um excelente desempenho, atuando com foco nos mercados de bens populares no Brasil, com um perfil estratégico consistente e bem definido. A partir destas análises, pressupõe-se que empresas brasileiras devem ter um conhecimento e uma estratégia que as capacita a atuarem nos mercados internacionais de bens populares com vantagens em relação a empresas de países desenvolvidos, que têm enfrentado grandes dificuldades para terem sucesso nos mercados de baixa renda, conforme uma série de estudos e pesquisas sobre o assunto.

Diante deste contexto, torna-se relevante identificar e compreender os fatores críticos de sucesso para atuação das empresas brasileiras nos mercados internacionais de bens populares, bem como analisar os conhecimentos

adquiridos no mercado interno que impactam a atuação destas empresas, objetivando-se propor um modelo de internacionalização para as empresas brasileiras competirem com sucesso nos mercados internacionais de bens populares.

Para se cumprir este objetivo, elaboramos uma pesquisa em que os mercados internacionais de bens populares são definidos como todos os mercados fora do Brasil cuja renda per capita anual não ultrapasse US\$ 9.385 e onde mais de 1 milhão de habitantes tenha renda anual de pelo menos US\$ 765 e não mais que US\$ 9.385. Esta definição foi proposta por Cardoso (2005), que também identificou os 20 mercados internacionais de bens populares mais atrativos para as empresas brasileiras: Argentina, China, Colômbia, México, Índia, Chile, Rússia, Peru, Paraguai, Venezuela, Uruguai, África do Sul, Turquia, Irã, Polônia, Argélia, Arábia Saudita, Indonésia, Tailândia e Bolívia.

Também cabe ressaltar que no trabalho são analisados os fatores críticos de sucesso relacionados às dimensões estratégicas para a internacionalização, que compõem o arcabouço teórico da pesquisa: mercados onde a empresa atua e pretende atuar, produtos ou serviços oferecidos pela empresa, preços praticados, promoção, canais de distribuição e logística, desenvolvimento e utilização de tecnologia, entrada e forma de atuação nos mercados internacionais, processos, custos e estrutura produtiva da empresa e, por fim, os segmentos nos quais a empresa atua, nestes mercados

com maior potencial para os bens populares.

Quanto aos conhecimentos, são analisados o conhecimento objetivo e a experiência, ou conhecimento empírico, tanto em âmbito geral, como os conhecimentos específicos desenvolvidos nestes mercados diferenciados.

Por tratar de fenômenos recentes e pouquíssimo explorados no ambiente acadêmico, assim como pelas empresas, esta pesquisa tem forte caráter exploratório. Diante das características da pesquisa e seus objetivos, é aplicada uma abordagem qualitativa, com um estudo de múltiplos casos visando construção de teoria, com base no processo proposto por Eisenhardt (1989), combinado a outras abordagens complementares.

Na fase atual da pesquisa são analisados casos de empresas brasileiras em estágios avançados da internacionalização, com filiais comerciais ou de produção, não sendo consideradas empresas nos estágios iniciais de atuação internacional, que somente exportam (segundo modelo de Uppsala): Sadia, Ambev, Natura, Boticário, Embraco e Metalfrío.

Espera-se, ao final do trabalho, contribuir com as teorias sobre internacionalização de empresas brasileiras, especialmente nos promissores mercados internacionais de bens populares.

Renata Giovinazzo Spers desenvolve tese de doutorado pela Área de Política de Negócios e Economia de Empresas – PPGA – da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – USP, sob orientação do prof. Dr. James T. C. Wright

Questão social se amplia e será o tema principal da ALTEC 2007

Muitos eixos temáticos vêm ganhando espaço no meio acadêmico e empresarial ao abraçar o desenvolvimento humano como objetivo agregado a tantos outros de cunho mercadológico. Tome-se por exemplo o avanço das propostas de responsabilidade social e ambiental, amparadas por legislações internacionais e regras cada vez mais exigentes para certificações, e por entidades que zelam pela interface da questão ambiental com as empresas, investigando a engenharia ambiental, sua gestão e seus resultados. Ou ainda as propostas de educação corporativa, cada vez mais empenhadas na formação humana dos colaboradores, conforme discutido no final de novembro em oficina de educação corporativa promovida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e pela Associação Brasileira de Educação Corporativa (ABEC).

Tal aproximação da questão social não poderia deixar de afetar uma área tão dinâmica quanto a inovação, que vem se expandindo nos mais variados meios institucionais. Órgãos de grande relevo, como a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI, com sítio no endereço www.oei.org), mantém linhas de atuação que aderiram abertamente a esta interface entre inovação e sociedade. A OEI mantém, por exemplo, eixos programáticos no que chama de cultura CTS+I (Ciência, Tecnologia, Sociedade e Inovação) tais como “Ciência e Sociedade” ou “Inovação Tecnológica e Políticas

Públicas”, com diversas linhas de cooperação que envolvem o fortalecimento de sistemas de inovação e de políticas públicas voltadas para o tema.

O XVII Seminário Latino-Iberoamericano de Gestão Tecnológica – ALTEC 2007, promovido pela Associação Latino-americana de Gestão Tecnológica (ALTEC) é outro exemplo de evento de ponta que abraçou a vinculação – indissociável – da inovação com o progresso social. O tema principal do evento do próximo ano, que acontecerá de 26 a 28 de setembro em Buenos Aires (Argentina), será “Produção, emprego e inclusão”. Não se trata de uma questão efêmera. Para Roberto Sbragia, coordenador científico do Núcleo de Política e Gestão Tecnológica da USP (PGT/USP) e ex-presidente da ALTEC, trata-se de um tema muito oportuno, pois pretende “assegurar o adequado transbordamento das políticas de C&T para favorecer o progresso social: distribuição de renda, emprego, redução da pobreza, emprego, qualidade de vida e sustentabilidade”.

Tal transbordamento surge claro nos eixos temáticos do evento. Entre eles está, por exemplo, a construção de “entornos favoráveis” à inovação, tais como modelos de inovação, políticas públicas, marcos legais etc. O chamado “Triângulo de Sábado”, modelo de análise da inovação no qual o Estado ocupa o vértice superior e os outros dois são ocupados pela infra-estrutura de C&T (institutos de pesquisa, universidades etc) e pela estrutura produtiva, volta ao debate com força no ALTEC/07, onde se

discutirão novas estratégias de vinculação entre os diversos atores do sistema de inovação. Outro eixo temático, polêmico e necessário, enfocará a aplicação de “tecnologias sociais”, com a utilização de ferramentas de gestão de inovação aplicadas ao desenho e à gestão de programas sociais.

As gerações de capacidades científicas e da gestão do conhecimento e da inovação, a criação de empresas

A importância da ALTEC

Ao focar as questões de interface social, a ALTEC empresta ao tema um peso cada vez mais encontrado em grandes eventos internacionais de grande porte. Trata-se de um dos mais tradicionais eventos na área, que vem sendo realizado desde 1985 (quando foi feito, em São Paulo, o primeiro Seminário). Tal tradição torna o evento crescente, tendo chegado, em sua última edição, a um número recorde de trabalhos apresentados, conforme gráfico 1.

A grande diversidade dos participantes no Seminário também permite avaliar sua legitimidade como evento internacional e de discussão de questões ibero-latinoamericanas. O Brasil é o país com maior número de trabalhos apresentados (31,54% do total), seguido pela Espanha (16,06%), México (12,65%) e Venezuela (8,84%), conforme tabela 1.

inovadoras, a cooperação internacional em tempos de globalização e a formatação de indicadores necessários à mensuração de valores sociais serão outros temas a serem abordados no evento.



Também é brasileiro o maior número de sócios ativos da ALTEC. O Brasil tem 47% dos 310 sócios-ativos da associação, sendo seguido pelo México, com 24% (conforme gráfico 2).

Porém, cabe notar que, com o crescimento impressionante do volume de apresentação de trabalhos, é possível relativizar a sua procedência, já que tem



TABELA 1
Produtividade dos países
participantes
(em % do número de trabalhos
apresentados)

País	%
Argentina	5,08%
Bolívia	0,20%
Brasil	31,54%
Chile	2,10%
Colômbia	4,54%
Costa Rica	3,47%
Cuba	7,81%
Espanha	16,06%
México	12,65%
Peru	0,44%
Portugal	0,34%
Uruguai	0,29%
Venezuela	8,84%
Outros	6,64%

FONTE: Roberto Sbragia e Ivete Rodrigues (PGT/USP)

havido uma grande tendência à formação da geração de redes de pesquisa, plasmado com um crescente número de trabalhos em co-autoria. Para o prof. Sbragia, tal interação, assim como a temática escolhida, são relevantes no contexto atual brasileiro para a obtenção de novas redes de relacionamento e de conhecimento. “Como estamos num país emergente, com graves problemas sociais e desequilíbrio de renda, os participantes brasileiros poderão tirar proveito de discussões e trabalhos que permitam conhecer melhor a situação atual, refletir sobre mudanças e identificar ações nessa direção”, afirma o ex-presidente da ALTEC.

Mais informações sobre a ALTEC e o Seminário podem ser obtidas no sítio <http://www.altec.secyt.gov.ar>, assim como na página 10 deste jornal, na coluna Agenda.

PGT/USP terá novo Coordenador Científico a partir de 2007

O professor Guilherme Ary Plonski foi indicado pelo Conselho Deliberativo do PGT/USP para assumir a Coordenação Científica do Núcleo a partir de Janeiro de 2007, em substituição ao prof. Roberto Sbragia, que deixa essa função após 11 anos. Plonski será o terceiro Coordenador científico do PGT, que foi formalizado pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo ainda sob a gestão de seu fundador e primeiro coordenador, prof. Jacques Marcovitch, em 1993.

Durante a gestão que finda, o PGT ganhou novas dimensões, passando a focar a Gestão da Inovação como parte de um sistema essencialmente dinâmico nas relações entre seus principais agentes, a empresa, as instituições científico-tecnológicas e o governo. Nesse período o Núcleo foi reconhecido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia como Núcleo de Excelência, o que lhe permitiu receber apoio institucional prolongado. Do mesmo modo, foi reconhecido pela FAPESP como Programa Multidisciplinar, com o que passou a receber apoio na linha de Projetos Temáticos. De 1992 a 2004, o PGT coordenou a execução do Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, o maior e mais importante evento da área no Brasil, agora sob a responsabilidade da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD. Entre 2001 e 2005, exerceu a secretaria geral da Asociación Latino-Iberoamericana de Gestión Tecnológica, cujo maior evento foi realizado em Salvador, em 2005.

O prof. Ary, membro do Conselho Deliberativo do Núcleo desde a sua fundação, é professor associado da Poli/USP e professor titular da FEA/USP. Ao longo de sua trajetória, ocupou diversas funções, a mais recente de Diretor Superintendente do IPT. É, atualmente, vice-presidente da ANPROTEC e diretor da ANPEI. Integra diversos colegiados superiores, entre eles o Conselho Deliberativo do CNPq, o Conselho de Administração do CGEE, o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia de São Paulo e o Conselho Superior de Tecnologia e Competitividade da FIESP.

Eventos mundiais em Gestão Tecnológica

Data e local

Evento

13 a 17 de maio de 2007
Miami, EUA

Prazos - 2 de abril de 2007:
entrega de trabalhos completos

**IAMOT 2007 – Management of Technology
for the Service Economy**

* Informações: www.iamot.org . Ou com Mostafa HashemSherif
(hsherif@comcast.net), fone +1 732 420 2448

16 a 18 de maio de 2007
Singapura

Prazos - 8 de janeiro de 2007:
entrega de resumos;
16 de abril de 2007: entrega de
trabalhos completos

**6th International Triple Helix Conference – University-
Government-Industry Links**

* Informações: www.triplehelix6.com

1 a 3 de junho de 2007
Hangzhou, China

Prazos - 1º de janeiro de 2007:
entrega de trabalhos completos

**5th International Symposium on Management of Technology
(ISMOT 2007) - Managing Total Innovation and Open
Innovation in the 21st Century**

* Informações: www.cma.zju.edu.cn/ismot/index.htm

2 a 4 de julho de 2007
Barcelona, Espanha

Prazos - 1º de março de 2007:
entrega de trabalhos completos

**IASP World Conference on Science and Technology Parks
“Creative Jobs and Creative Companies –
Key Factors for Growth and Competitiveness”**

* Informações: www.iaspbarcelona2007.com/call.asp

4 a 6 de julho de 2007
Bremen, Alemanha

Prazos - 16 de fevereiro de 2007:
apresentação de resumos; **11 de
maio de 2007:** apresentação de
trabalhos completos

**The R&D Management Conference 2007 –
Risk an Uncertainty in R&D Management**

* Informações: www.radma.org e pelos e-mails:
moehrle@uni-bremen.de ou lwalter@uni-bremen.de

3 a 8 de agosto de 2007
Philadelphia, EUA

Prazos - 15 de janeiro de 2006:
apresentação de resumos

**Technology and Innovation Management –
TIM – Academy of Management**

* Informações: www.aomtim.org

5 a 9 de agosto de 2007
Portland – EUA

Prazos - 31 de janeiro de 2007:
entrega de trabalhos completos

PICMET 2007 – Management of Converging Technologies

* Informações: www.picmet.org

8 a 10 de agosto de 2007
Rio de Janeiro, Brasil

**Prazos – 22 de fevereiro de
2007:** entrega dos trabalhos
completos

**SIMPOI/POMS 2007 – Symposium on Production, Logistics
and International Operation / Production and Operations
Management Society International Conference
The Continuous Challenge for Innovation and Integration**

* Informações: www.simpoi.fgvsp.br

26 a 28 de setembro de 2007
Buenos Aires, Argentina

**Prazos - 15 de fevereiro de
2007:** entrega de resumos
30 de maio de 2007: entrega de
trabalhos completos

**XII Seminario Latino-Iberoamericano de
Gestión Tecnológica - ALTEC 2007 -
"Producción, Empleo e Inclusión"**

* Informações: www.fia.com.br/pgtusp/altec

Inovação para os micro e pequenos

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) vai atuar, a partir do primeiro semestre de 2007, numa área que tem tido menos atenção do que poderia no Brasil: a educação para a inovação voltada para os grupos das micro e pequenas empresas. Com raras exceções, como as iniciativas tomadas por órgãos como o Sebrae, os micro e pequenos empresários parecem esquecidos como atores do Sistema Nacional de Inovação. “As grandes empresas mantêm estruturas só para pesquisa e desenvolvimento, enquanto grande parte das pequenas acabam se distanciando dessa atividade, até por não terem acesso à informação”, afirma Cláudio Gastal, diretor administrativo-financeiro do Movimento Brasil Competitivo (MBC), entidade que

reúne empresários de todo o país e que está operacionalizando, a pedido da ABDI, um curso de gestão da inovação a ser criado para atender às demandas específicas de micro e pequenos empresários com potencial inovador.

O curso pensado pelo MBC conta com a consultoria de especialistas do Núcleo de Política e Gestão Tecnológica da Universidade de São Paulo (PGT/USP), como seu coordenador científico, Roberto Sbragia. Será a distância, gratuito, terá grande preocupação em facilitar a navegabilidade e se utilizará do know-how já obtido por iniciativas semelhantes, como os cursos do Sebrae. “Queremos fazer com que o conceito de inovação seja mais coloquial, mais acessível a empresários de pequeno porte, com linguagem que respeite os

jargões desse público específico”, diz Gastal. Cinco cursos-piloto serão lançados no primeiro semestre do próximo ano.

Em um workshop destinado a discutir estes cursos, realizado em novembro, o MBC levantou questões relevantes para a discussão da inovação junto a empresas pequenas. Os marcos legais recentes que vêm sendo adotados pelo país e que demandam maior esforço de entendimento e aplicação, assim como a aceleração do crescimento de empresas brasileiras empenhadas em inovar, constatado em levantamentos como a recente Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC, do IBGE), levam à previsão, segundo a entidade, de que não faltará demanda e aplicação aos cursos.

R\$ 150 milhões em edital para infra-estrutura de pesquisa

O Governo Federal lançou em 1º de dezembro uma chamada pública que oferece R\$ 150 milhões para a implantação, modernização e recuperação da infra-estrutura física de pesquisa, destinado a universidades, fundações de apoio e instituições públicas de pesquisa. Os formulários para apresentação de propostas, entretanto, serão disponibilizados só em 30 de janeiro do próximo ano, e as propostas poderão ser enviadas até 4 de abril.

Os recursos serão liberados por meio da Financiadora de

Estudos e Projetos (Finep), são provenientes do fundo setorial de infra-estrutura (CT-Infra) e pelo menos 30% deles deverão ser aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Serão exigidas contrapartidas de alguns proponentes. Instituições estaduais situadas em São Paulo ou no Rio de Janeiro, por exemplo, terão que investir a contrapartida de 20% dos recursos obtidos.

O número de pesquisadores na instituição é um dos principais critérios para este edital. As que tiverem até cem pesquisadores doutores podem solicitar até R\$1,2

milhão. Aquelas que tiverem mais de cem podem multiplicar o número de pesquisadores doutores por R\$12 mil, não podendo superar o limite de R\$12 milhões. Também é o número de pesquisadores doutores que determinará quantos sub-projetos poderão ser apresentados (um sub-projeto para instituições com até cem pesquisadores doutores, dois para as que têm de 101 a 200, e assim por diante).

Mais informações sobre a chamada pública podem ser vistas na página da Finep na internet (www.finep.gov.br).

O jeito brasileiro de gerenciar projetos

Embora o tema do gerenciamento de projetos seja tão antigo quanto a primeira pirâmide, como lembram Afonso Fleury e Maria Tereza Leme Fleury no prefácio do livro *Gerenciamento de projetos na prática – casos brasileiros*, só recentemente a questão começou a ser debatida nas salas de aula e, ainda assim, como paradigmas e análises de casos da literatura internacional. Com este livro, uma coletânea de estudos de caso organizada por Roque Rabechini Jr. e Marly Monteiro de Carvalho, os professores brasileiros ganham um

apoio pedagógico para aproximar as eventuais discussões da realidade do país.

Trabalhos levados a cabo por empresas como Natura, Valleé, Ticket Serviços, ABN Amro, Suzano, IPT etc prismam o mundo da gestão de projetos com a realidade brasileira, que vive características bem próprias em diversos setores da economia (como o das telecomunicações, avaliado num dos estudos), marcos legais em mutação e instrumentos do sistema de C&T ainda imaturos, tais como os fundos setoriais.

Além de situar a gestão de

projetos num cenário mais simpático para nós do que a literatura internacional, os organizadores tiveram o cuidado de pedir aos autores uma preparação do conteúdo para o uso em sala de aula. Dessa forma, todos os autores sugerem perguntas e atividades possíveis com seus textos, enquanto um capítulo todo é dedicado à exposição da literatura mais recente e de modelos diversos para avaliação de projetos, de sua gestão, de resultados etc.

Mais informações sobre o livro no sítio da Editora Atlas (www.editoraatlas.com.br).

INNRED discute gestão na iberoamérica

Organizados desde 2004 pela Red Iberoamericana de Centros de apoyo a la Innovación (INNRED), os Cursos Iberoamericanos de Gestão Tecnológica e Inovação ganharam sua publicação exclusiva, *Gestión de la Innovación – una visión actualizada para el contexto iberoamericano*, que seleciona trabalhos apresentados durante esses eventos. O livro, editado pela INNRED e pelo Programa Iberoamericano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED), foca a gestão do conhecimento no nível das organizações em geral e principalmente das empresas que aspi-

ram elevar seu desempenho em seus contextos.

Para cumprir essa missão utilizando como instrumento os casos iberoamericanos, os editores, Rodolfo Faloh Bejerano, coordenador da INNRED, e Maria de la C. Fernández de Alaíza, partiram a publicação em três módulos, um que foca tendências da inovação, outro que trata da gestão da inovação e um terceiro que cuida de ferramentas de gestão da inovação. O coordenador científico do PGT/USP, Roberto Sbragia, colabora nesta publicação com dois capítulos, um que foca a interface entre gerentes de projetos e gerentes

funcionais em organizações matriciais e outro sobre a um modelo conceitual de avaliação da contribuição do esforço tecnológico para a empresa.

As mudanças de paradigmas nas relações com os clientes, a análise de valor, o desenvolvimento de uma equipe de gestão, a inovação de processo e as convergências de ciências e tecnologias modernos estão entre os demais temas abordados no livro. Mais informações sobre a publicação com a Editora Academia, de Cuba (fone 537 – 862-9501, ou pelos e-mails geditora@ceniai.inf.cu e geventas@ceniai.inf.cu).



INOVA é uma publicação trimestral do Núcleo de Política e Gestão Tecnológica da Universidade de São Paulo, instituição acadêmica, voltada para a pesquisa e formação nessa área do conhecimento.

O boletim tem por objetivo discutir, analisar, interpretar e informar sobre os principais acontecimentos do setor, com o propósito fundamental de alcançar a máxima integração entre os diversos profissionais que atuam na área. Esta publicação tem o apoio do Fundo de Cultura e Extensão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, do Depto. de Engenharia de Produção da Escola Politécnica e do Depto. de Administração da FEA-USP.

INOVA é distribuído gratuitamente.

Conselho Editorial

Afonso Fleury, Eduardo Vasconcelos, Guilherme Ary Plonski, Hélio Nogueira da Cruz, Henrique Rozenfeld, Jacques Marcovitch, Julio Cesar R. Pereira e Milton Campanario

Editores:

Roberto Sbragia e Ivete Rodrigues

Jornalista responsável:

Fábio Sanchez (MTb 18.152)

Direção de arte: Robson Regato

PGT/USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 908, prédio 1, piso superior
CEP: 05508-900
Cidade Universitária
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (011) 3091-5969
Fone/fax: (011) 3818-4011

npgctusp@edu.usp.br
www.fia.com.br/pgtusp